

FAMÍLIAS DE CARVOEIROS DA ÁREA URBANA DE RIBAS DO RIO PARDO: CONSIDERAÇÕES À ESCALA HUMANA

Sérgio Ricardo Oliveira Martins*

“A cultura de massa é indiferente à ecologia social. Ela responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação. A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança”
(Milton Santos).

As famílias de carvoeiros, na área urbana de Ribas do Rio Pardo, vivem uma situação irregular e precária de moradia, trabalho e acesso aos serviços públicos. Elas foram desalojadas das carvoarias há cerca de cinco anos e, ao se transferirem para as áreas urbanas mais próximas, ocuparam áreas periféricas e acabaram por formar uma comunidade específica, que compartilha origens e uma história de vida profundamente marcada pela migração.

Neste texto, nosso objetivo é, sobretudo, expor as condições sob as quais vivem as famílias de carvoeiros na cidade, seu cotidiano,

* Professor Mestre do Curso de Geografia da Universidade Católica Dom Bosco. Doutorando em Geografia Humana, na FFLCH - USP. Contato: e-mail sergiom@unibosco.br.

suas expectativas e ainda sobre algumas ações de conscientização e organização no seio da sociedade riopardense.

As famílias carvoeiras, têm a vida marcada pela migração itinerante entre carvoarias, vivem em ocupações urbanas na cidade de Ribas do Rio Pardo-MS, aglomerações de visível segregação, em áreas de grande insalubridade e sustentam um cotidiano de muita solidariedade. Esta é a realidade em análise neste trabalho, parte da pesquisa que estamos realizando sobre o trabalho e a vida das famílias de carvoeiros. São famílias superexploradas em carvoarias ou segregadas em espaços urbanos insalubres e inadequados. Serão analisadas as possibilidades de desenvolvimento local, desde já entendido como estratégia de expansão local das oportunidades socioeconômicas e da participação ativa e envolvente da comunidade, na contínua promoção do seu próprio bem-estar¹.

1. AS ÁREAS OCUPADAS

Em Ribas do Rio Pardo, as cinco ocupações - Córrego da Areia, Hospital Velho, Jabour, São Sebastião e Santo André somam cerca de 160 famílias²(tabela 1). As famílias vieram em conjunto para as áreas ocupadas, uma vez que não dispunham de condições (ou não queriam) de ir para outros lugares ou mesmo retornar às origens. Esta é uma das característica das ocupações urbanas apontadas por Rodrigues (1990 : 43), que salientou a irregularidade jurídica da situação

¹ Na realização desta pesquisa temos contado com a valiosa contribuição da Ir. Andréia Barbosa do Nascimento e de Maria do Rocio S. Oliveira, ambas incansáveis batalhadoras pela causa das famílias de carvoeiros em Ribas do Rio Pardo. A elas meus sinceros agradecimentos.

² Número registrado pelo último cadastramento realizado, em 1998, pela Pastoral dos Migrantes, que certamente sofre oscilações freqüentes, devido à saída de famílias para as carvoarias e à chegada de novas às áreas ocupadas.

e explicou que as causas são as mesmas que levam ao surgimento de favelas, decorrendo basicamente da falta de alternativas de onde e como morar, em se tratando de pessoas muito pobres, portanto, de escassos recursos.

Não temos dúvida de que as ocupações urbanas estão diretamente associadas à migração de pessoas empobrecidas para as cidades (ROSSINI, 1988; RODRIGUES, 1990). As ocupações foram promovidas pelas famílias de carvoeiros em áreas de propriedade pública ou privada. Alguns chamariam então de “invasões”, termo que faz, ideologicamente, ressaltar a ilegalidade, isto é, o descumprimento à lei, ao direito da propriedade privada.

TABELA 1: Áreas ocupadas por famílias de carvoeiros em Ribas do Rio Pardo, por ano de surgimento e por total de famílias.

ÁREA OCUPADA	SURGIMENTO	Nº DE FAMÍLIAS
Vila Jabour	1994	70
Córrego D'Areia	1994	30
Hospital Velho	1994	18
Santo André	1994	36
São Sebastião	1997	10
TOTAL	-	164

Fonte: Cadastro da Pastoral dos Migrantes, 1998.

Assim, em Ribas do Rio Pardo, temos de fato ocupações, caberia inclusive o termo *aglomerado de exclusão*³ (HAESBAERT, 1995), dada a segregação das famílias, que situam em áreas mais afastadas, três

³ Ficariamos com o que denomina de “*aglomerado tradicional*”, aquele “(...) vinculado a situações endêmicas de exclusão social e fome, geralmente via uma segregação que confina grupos sociais em áreas ecologicamente frágeis e/ou isoladas (...) apesar de tudo, como não são totalmente ‘deslocados’, muitas vezes mantêm importantes laços de identidade com o território” (p. 195).

delas em regiões ecologicamente frágeis (brejos em fundos de vale). Todavia, há distinções entre os cinco casos de ocupações ali existentes.

No Jabour, o maior, as cerca de 70 famílias ocupam uma propriedade privada no bairro do mesmo nome. Estão, ainda, em área de preservação permanente, em fundo de vale. Chamam de brejo, uma superfície de grande umidade, visivelmente inadequada à ocupação. Contam, no local, com água encanada e energia elétrica. Os barracos, em grande parte, são de lona plástica preta e madeira. Não há instalações sanitárias e os banheiros não são mais do que latrinas precariamente construídas no quintal.

No Córrego D'Areia, os barracos estão às margens da estrada de ferro, em área hoje administrada pela Novoeste, que move processo de reintegração de posse. As cerca de 30 famílias em Córrego D'Areia estão numa vertente de pouca declividade, e alguns barracos não distam mais do que 10 metros do curso d'água que dá nome à ocupação. Também ali se conta com água encanada e energia elétrica.

No Santo André estão cerca de 40 famílias de carvoeiros em fundo de vale. Não obstante, as condições locais são melhores que nos demais. Ali, através do “Projeto Morar com Dignidade”, de iniciativa e recursos municipais, a prefeitura está viabilizando a construção de casas de alvenaria, com o objetivo de atender pessoas carentes. A construção é realizada por mutirão, sendo que 60% do valor total dos materiais necessários é financiado, sendo os outros 40% doados. O “beneficiário” tem 20 anos para amortizar o financiamento, pagando parcelas que não podem exceder a 15% do salário mínimo vigente. O projeto, que tem meta de construir 40 casas, depois de 2 anos, alcançou até o momento 12 unidades construídas e entregues.

É importante nos atermos aos critérios para concessão dessas moradias:

“Parágrafo Único: As pessoas a serem beneficiadas pelo Projeto [Morar com Dignidade], deverão preencher os seguintes requisitos mínimos:

I - ser possuidora de um imóvel no município, devidamente registrado no Cartório de Imóveis da Comarca, devendo tratar-se de um terreno com dimensão máxima de 600 m² e que no mesmo resida com a entidade familiar ou sozinha, se for solteira, viúva, separada judicialmente ou divorciada;

II - encontrar-se em situação de precárias condições de moradia;

III - assinar contrato (...);” (sic)⁴

A moradia é, atualmente, a principal reivindicação das famílias de carvoeiros, sua necessidade material mais premente, mas é preciso salientar que não há projetos neste sentido exclusivamente destinados às mesmas. Observa-se que, dos requisitos estabelecidos pelo Projeto de Lei que autoriza o “Morar com Dignidade”, apenas o segundo pode ser atendido pelas famílias de carvoeiros. A Pastoral dos Migrantes, entidade com presença efetiva junto às famílias, afirmou que nenhuma casa construída pelo referido projeto foi até agora destinada a carvoeiros, que alimentam grande expectativa de serem contemplados. Ocorre que as famílias de carvoeiros não têm, salvo raríssima exceção, a posse legal dos terrenos que ocupam, sendo excluídas pela condição de propriedade. Também os rendimentos do trabalho são tão incertos e eventuais quanto a própria oportunidade de trabalhar.

No São Sebastião, o menor, moram cerca de 15 famílias de carvoeiros. Trata-se de uma pequena ocupação em área pertencente a um ex-prefeito da cidade. Já no Hospital Velho, as famílias ocuparam as instalações de uma construção inacabada, do que teria sido o hospital da cidade, daí o nome da ocupação. Ali, atualmente, encontram-se cerca de 18 famílias.

⁴ Todos os dados referentes ao projeto “Morar com Dignidade” constam do Projeto de Lei n.º 002/98, da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo, de 5/3/98.

2. AS PESSOAS, A VIDA E O COTIDIANO NAS OCUPAÇÕES

Em cada três moradias, duas são feitas de madeira e lona plástica preta, em sua maior parte com apenas dois cômodos, quarto e cozinha. Em cada um dos pequenos barracos, em média, vivem cerca de sete pessoas, número que não se refere exatamente ao tamanho médio da família, cerca de cinco pessoas, mas corresponde à frequência com que se encontra mais de uma família residindo em um mesmo barraco⁵.

O equipamento doméstico é escasso, nem todos contam com fogão a gás. O único aparelho eletrônico encontrado em grande quantidade é o rádio⁶.

Nas ocupações, as condições ambientais dificultam ou mesmo impedem qualquer melhoria nas condições de higiene. Apenas 30% das moradias contam com banheiro em seu interior, a outra parte faz uso de latrinas no quintal. Esta situação é sensivelmente mais séria no Jabour e no Santo André, ambas ocupações em fundos de vale e, no caso do primeiro, com parte da área ocupada com formação típica de brejo. Não fosse pelo fornecimento de água tratada em grande parte das moradias, não se poderia falar em saneamento básico nas ocupações. Mais uma vez são as condições do espaço e da ocupação deste pelas famílias, que ali estão irregularmente em áreas particulares e de preservação permanente, que dificultam a melhoria das condições de saneamento.

Às precárias condições do entorno, o espaço cotidianamente vivido pela famílias, deve-se acrescentar um comportamento das famílias que negligencia a higiene e a prevenção de doenças. As crianças brincam e andam descalças, às vezes desnudas, em solos pouco drenados

⁵ Um levantamento encomendado pela UNICEF e realizado pela Fundação de Promoção Social do Mato Grosso do Sul – PROMOSUL mostra que metade das famílias que estão nas carvoarias (52,7%) tem de 2 a 4 filhos. Outra parte igualmente significativa (34,7%) possui até um filho. Para a área urbana, nas ocupações, o cadastro da Pastoral dos Migrantes indica que as famílias têm, em média, 3 filhos.

⁶ Um levantamento preliminar que realizamos em 1998 mostra a seguinte ocorrência: 90% possuem rádio, 5% televisão, 2% geladeira.

(muito úmidos) e contaminados. De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, são comuns as incidências de verminoses, doenças de pele, diarreias decorrentes de infecções, dentre outros problemas de saúde que decorrem diretamente da vida sob condições de insalubridade.

As famílias praticam abertamente a troca de favores e o empréstimo de bens de consumo. É muito comum entre elas, sobretudo nos momentos mais críticos, o “empréstimo” de alimentos, que são devolvidos tão logo seja possível e na mesma quantidade emprestada (ex.: copo de açúcar, de arroz, de óleo, etc.). Sobre esta relação de contínuas trocas de produtos diversos entre as famílias, falou-nos uma senhora mineira de 67 anos, que toda sua vida morou na roça e há mais de 30 anos, em carvoarias, em Minas Gerais.

“Sim, minha filha, dou graças a Deus quando tenho para emprestar. A única coisa que não gosto de emprestar é sal. A minha vó falava que quando empresta sal, pode ser os melhores vizinhos, começam umas brigaiadas e muitas fofocas. Então, para evitar, não é muito bom desrespeitar as palavras dos mais velhos, não é mesmo”.

E todos devolvem o que tomam emprestado?

“Sim, porque senão não vão ter coragem de ir buscar novamente. Mas quando isso acontece, de esquecer de pagar, a gente entrega nas mãos de Deus, e deste jeito nunca vai fazer falta, e Deus é tão bom, que faz com que a gente esquece quem não pagou”.

Também é comum doarem-se as roupas usadas pelos filhos à medida que crescem, o que, como dizem, é um auxílio que sempre chega em boa hora.

Por certo, inúmeros outros exemplos de solidariedade poderíamos extrair do cotidiano das famílias carvoeiras. Um aspecto fundamental é que esta solidariedade não deve ser vista meramente como recurso restrito ao atendimento de algumas necessidades diárias e imediatas. É necessário ressaltar que, por detrás destas trocas elementares, há uma rede de relacionamentos típicos de uma convivência solidária. Não temos dúvida de que esta solidariedade ativa constitui

força potencial a ser aproveitada em futuras estratégias de superação das dificuldades e melhoria de qualidade de vida dessas famílias.

O lugar, reforçado pela solidariedade, pela co-presença e pela comunidade de costumes, de interesses e de dificuldades, até o momento se apresenta para essas famílias como palco de vida, como lugar de problemas e de sofrimentos, ou ainda por uma estrutura reguladora de relações e de fatos (SANTOS, 1997 : 272). Mas é fundamental que o lugar seja para elas também um cenário de possibilidades e de oportunidades, condicionante do desenvolvimento humano.

A solidariedade é, com efeito, um elo forte das relações entre as famílias de carvoeiros. Uma das práticas mais freqüentes entre as famílias é o que chamam de “acolhida”, isto é, a hospitalidade e o amparo aos recém-chegados, que não têm onde ficar. Ali encontram abrigo, apoio e informação, permanecendo até que consigam um lugar. No seio da “acolhida” podem permanecer por alguns dias ou meses, daí ser comum encontrarmos mais de uma família ocupando o mesmo barraco.

As famílias de carvoeiros ainda guardam algo de suas origens, embora tenham uma história de vida marcada pela migração. Nas áreas ocupadas da cidade, reúnem-se para as festividades e para praticar sua religiosidade. Nas festividades de Santo Reis de 1998, por exemplo, nos dez dias de peregrinação, seja nas carvoarias, seja nas áreas ocupadas, o festeiro foi um mineiro recém-chegado. Assim, a “Folia de Reis” alegrou as famílias que a receberam. Ao entrarem nas casas, os Reis propõem-se a estabelecer a harmonia no seio da família que está acolhendo os foliões. Em gesto de agradecimento, todos vão beijar a bandeira e fazerem seus pedidos e agradecimentos. Aos reis simbolizados na bandeira, em momentos muito marcantes para todos, são ofertados alimentos, dinheiro, ou pequenos animais da criação doméstica.

Segundo Dona Maria, muito festeira e participante ativa, “(...) *as pessoas daqui não conheciam e não sabiam o verdadeiro sentido da festa, mas junto com as famílias mineiras e com as que estão se entregando junto aos foliões, muita coisa já melhorou*”.

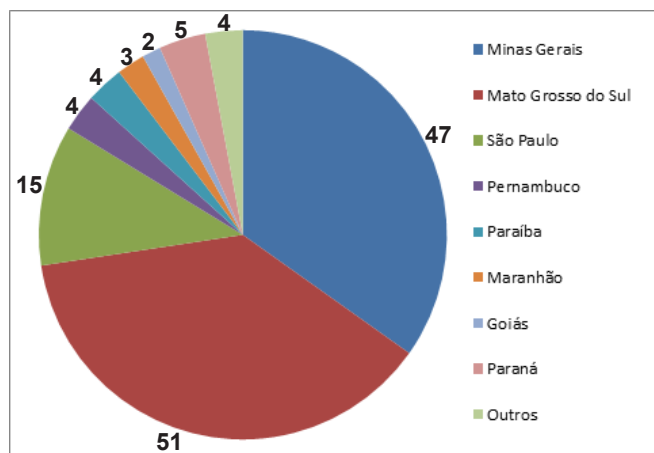
3. FAMÍLIAS CARVOEIRAS, FAMÍLIAS MIGRANTES E A QUESTÃO DA EXCLUSÃO

Em sua maior parte, as famílias das ocupações são originárias de Minas Gerais e do próprio Mato Grosso do Sul, cerca de 35 e 38% respectivamente (gráfico 1). De Minas Gerais, em especial do Vale do Jequitinhonha, a partir de meado da década de 80, vieram as primeiras famílias de carvoeiros, sendo esta a origem da maioria (mais de 80%). No gráfico 1, contudo, deve-se esclarecer que as 87 pessoas não naturais de Minas Gerais ou são filhos de carvoeiros, nascidos nas ocupações urbanas ou nas carvoarias em Ribas do Rio Pardo (63), ou não são carvoeiros (24), já que nas ocupações não residem famílias igualmente pobres, que jamais estiveram em uma carvoaria antes.

As famílias de carvoeiros são marcadamente migrantes, mas sua vinda para a cidade não deve ser entendida como mero processo de transferência das carvoarias, sem maiores conseqüências. Trata-se de um movimento forçado, na medida em que a única alternativa foi retirar-se das carvoarias, como uma espécie de “opção forçada” (PERDIGÃO & BASSEGIO, 1992 : 165).

Enquanto migrantes, a inserção dos carvoeiros na cidade não é fácil, quase sempre constitui um difícil processo de adaptação, que implica na alteração de hábitos e costumes, diria Durham (1984 : 27), alterações em seu modo de vida. Enquanto lugar de destino, as ocupações na área urbana de Ribas do Rio Pardo impõem dificuldades às famílias recém-chegadas, na medida em que, ao lhes revelar seu desconhecimento e desinformação sobre o espaço e as condições de acesso aos meios de subsistência na cidade, suscitam a mudança de hábitos antigos e a adoção de novos. São estas as circunstâncias de uma possível adaptação e integração ao novo meio social e ao lugar.

Gráfico 1: Moradores das ocupações, por local de nascimento. Ribas do Rio Pardo, 1998.



Fonte: Pastoral dos Migrantes, cadastro de famílias⁷.

As famílias, em suas necessidades e percepções, nem sempre são compreendidas e levadas em consideração. O esforço dos agentes pastorais é louvável, mas carente da sempre sábia postura de mais ouvir que falar. Parece que o “Grito dos Excluídos”, um movimento de ampla articulação nacional, promovido pela CNBB, com o objetivo básico de denunciar todo o tipo de exclusão e de ser a vez e a voz dos excluídos, deveria tornar-se, pelo menos, a voz e a história dos “excluídos”⁸. No que se refere às famílias migrantes carvoeiras, há expectativas que muito dificilmente são concretizadas, sobretudo quanto ao trabalho nas carvoarias, onde trabalham muito e recebem pouco ou nada, degradando-se quando descobrem que as promessas anteriormente feitas pelo empregador são falsas.

Assim, a fixação das famílias na área urbana de Ribas do Rio Pardo gerou aglomerações que se destacam na paisagem urbana e, sobretudo, chamam a atenção pela precariedade dos barracos. A questão divide a sociedade ao mesmo tempo que suscita preocupação. Não são

⁷ As 135 pessoas desse gráfico compõem 26 famílias, uma amostra de cerca de 15% do total de famílias (164).

⁸ O dossiê “Trabalho e terra para viver”, de 7 de setembro de 1996, da CNBB, oferece farta informação sobre o “Grito dos Excluídos”.

poucos os que se sentem incomodados com a “vinda” das famílias carvoeiras; há aqueles que vêem como uma situação inerente ao crescimento da cidade; há, porém, os que se desdobram em apoiá-los e assisti-los⁹.

A migração é, sem dúvida, marcante na vida dos carvoeiros. O estado cada vez mais degenerado do carvoeiro migrante – degeneração que não é só aparente – decorre não só das condições degradantes do trabalho que realiza, como também do trânsito contínuo entre as carvoarias. A mobilidade espacial é, pois, uma condição associada e inerente ao trabalho nas carvoarias. Pode-se considerar a migração, no âmbito da produção de carvão vegetal, de igual modo a outros casos de ampla mobilidade para o trabalho, de fato como uma condição específica de existência da força de trabalho (VAINER, 1991 : 16). Ademais, as baterias de fornos são elas próprias itinerantes, desmontadas e remontadas em lugares distintos, em busca dos eucaliptos, deixando rastros de fuligem, fragmentos de tijolos e carvão. Também na cidade não é raro as famílias migrarem de uma área ocupada a outra, intercalando com períodos de trabalho nas carvoarias.

Como não têm alternativas, as famílias de carvoeiros que se encontram na cidade continuam dependendo do trabalho nas carvoarias, disponíveis mesmo para retornarem à mata e produzir carvão. Um caso recente nos parece oportuno relatar. Trata-se de um carvoeiro que, apesar de ter afirmado que jamais colocaria os pés novamente numa carvoaria, quando da sua chegada à ocupação no Jabour, após providenciar a venda do seu barraco por R\$ 150,00, retornou a uma carvoaria com a família, diante da oportunidade de tornar-se empreiteiro. Com efeito, é necessário não ter qualquer visão romântica da situação, os carvoeiros estão na base de uma cadeia produtiva, sofrem e aprendem com a própria condição e a lógica das relações de produção em que estão inseridos. Entendem que a condição de empreiteiro representa a possibilidade da superação da carência, dada

⁹ Assim considerou um comerciante de uma loja de cosméticos. Outro, de uma loja de roupas, por sua vez nos disse que as famílias “*Necessitam de uma melhor infraestrutura para que possam ficar na cidade*”. Todavia, um açougueiro foi categórico ao afirmar que a situação das famílias carvoeiras na cidade “*Seria uma situação sem proveitos, só ficam às custas do dinheiro do governo*” (sic).

a oportunidade de ganhos maiores e mais seguros.

Devemos analisar a questão da exclusão à luz dessa realidade, de vez que não são poucas as referências, sobretudo no âmbito do trabalho (de instituições e de pessoas), que as consideram excluídas.

Nitidamente, a população pobre não ocupa uma posição marginal na sociedade. Não está, senão na aparência, em uma condição de “inutilidade”, conforme sugere a idéia de “marginalidade” (SANTOS, 1978 : 28). Sua condição de acentuada pobreza representa a histórica coação que recai sobre os trabalhadores ativos, no caso, os ocupados nas carvoarias.

A realidade do trabalho nas carvoarias, com efeito, impõe certo cuidado com a noção de exclusão, que está mais em moda, mas que, usada gratuitamente, revela o mesmo nível de abstração da pobreza que desautoriza o desgastado termo “marginal”. Exclusão lembra seleção, mas se define como condição, que é sempre social, econômica e política, dos que não foram “selecionados”, daqueles que não atendem aos requisitos, dos “inaptos”. O sentido da exclusão do mercado, por exemplo, é o de que somente dele participam os que podem atender às suas exigências: produtividade, competitividade, modernização, poder de compra, etc. (SANTA ANA, 1993).

Já observamos, em outra oportunidade, que a noção de exclusão é, na verdade, uma questão em aberto: excluído! Quem? Do quê? Tal condição, portanto, não define, senão de forma abstrata, um segmento da sociedade. A pobreza pode mesmo ser definida como uma condição na qual operam múltiplas exclusões: social, econômica, política, sexual, étnica, religiosa, etc. (MARTINS, 1995). A configuração territorial é de igual modo excludente, na medida em que o espaço é seletivo em relação às “práticas espaciais”¹⁰. Como bem demonstra Haesbaert (1995), os

¹⁰ Harvey (1998 : 202) relaciona 4 tipos de práticas espaciais: 1) *acessibilidade e distanciamento*; 2) *Apropriação e uso do espaço*; 3) *domínio e controle do espaço*; e 4) *produção do espaço*. A estas se acrescem mais 3 aspectos identificados por Henri Lefebvre (citado pelo autor) que são *os fluxos, transferências e interações físico materiais, as representações do espaço* e o *espaço de representação*, respectivamente as dimensões do *vivido*, do *percebido* e do *imaginado*.

aglomerados de exclusão de feições tradicionais, como bem se aplica ao caso das ocupações urbanas de famílias de carvoeiros, estão vinculados à segregação espacial que empurra os segmentos mais empobrecidos da sociedade para as áreas mais inadequadas e deslocadas.

As famílias de carvoeiros na área urbana não padecem de absoluta exclusão. Se em seu conjunto estão excluídas do trabalho numa fábrica ou numa loja da cidade, para subsistirem, exercem inúmeras atividades¹¹. Tal realidade, na qual subsiste segmentos sociais empobrecidos cada vez mais dinâmicos e produtivos, não é fato recente, sendo cada vez mais percebida¹². Como afirma Rossini (1994), favelas e cortiços deixaram de ser recantos considerados por muitos como exclusivos de desocupados, de “marginais”, transformando-se em locais de moradia de pessoas trabalhadoras. O mesmo vale para as ocupações urbanas, onde também encontramos trabalhadores engajados (incluídos mesmo que precariamente) no mercado de trabalho e contribuindo para produção social.

Para Martins (1997 : 14), a rigor, a exclusão não existe, mas sim a contradição pela qual se confrontam as “reações” das pessoas vitimadas por “processos excludentes” diante dos “sistemas econômicos e dos sistemas de poder”, resultando em reivindicações que se dão *dentro* e não *fora* da sociedade. Mesmo diante do óbvio, que é a superexploração do trabalho nas carvoarias, ou mesmo a situação do carvoeiro na base de uma cadeia produtiva que culmina nas acearias e siderúrgicas mineiras e até nas montadoras de veículos paulistas, pessoas engajadas há muito na luta pela melhoria desta realidade de trabalho pensam estar diante de uma situação de exclusão. Como diz o autor citado, o que se está chamando de exclusão seria, na verdade,

¹¹ É comum as mulheres carvoeiras já terem trabalhado como empregadas domésticas ou como faxineiras ou lavadeiras diaristas. Os homens, quando na cidade, podem se ocupar de serviços como a limpeza de terrenos e quintais, etc.

¹² “Cidadãos da rua”. *Revista VEJA*, (23) 50, p. 37, dez. 1990. O texto prossegue com os seguintes dados, a partir de um levantamento realizado em São Paulo: 30% são catadores de papel; 20% são empregadas domésticas, frentistas de postos de gasolina ou ajudantes de pequenas oficinas mecânicas e borracharias; e outros 20% são trabalhadores da construção civil.

uma “*uma inclusão precária e instável, marginal*” (p. 26), uma vez que “*A sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir de outro modo*” (p. 32).

4. O TRABALHO DE CONSCIENTIZAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS

A participação comunitária assume uma destacada condição do desenvolvimento humano, seja de sua efetivação, seja de continuidade. Consideramos, todavia, que a conquista da participação seja o maior desafio a ser enfrentado em qualquer estratégia de desenvolvimento¹³. Participação é empenho pessoal, que depende de motivações sentidas pelo indivíduo que, por sua vez, depende da sua percepção e compreensão dos fatos¹⁴. Logo, a vontade de participar não se apóia tão somente no interesse e na expectativa de benefícios e vantagens, mas igualmente depende da experiência pessoal, do grau de compreensão e das condições de acesso à informação por parte do indivíduo.

Verifica-se que esta condição básica do desenvolvimento humano ou local, que é a participação das pessoas de uma comunidade, requer mecanismos que extrapolam os meios tradicionais e formais de participação assentado nas representações sociais e políticas. Requer o imediato combate à miséria e à pobreza de opções¹⁵. Exige o respeito à diferença de opinião, de hábitos e costumes e, sobretudo, um renitente trabalho de estímulos.

¹³ Demo (1988), após ampla reflexão, afirma que participação é sobretudo uma conquista, um processo contínuo, ininterrupto, de autopromoção

¹⁴ Como afirma Martín (1999 : 172), “*El desarrollo a escala humana se construye a partir del protagonismo real, verdadero de cada persona*”.

¹⁵ Pobreza de oportunidades, escassez de alternativas, certamente mais constrangedora do que a privação de rendimentos (Relatório de Desenvolvimento Humano 1997).

Esta breve consideração sobre o necessário caráter participativo e envolvente dos verdadeiros sujeitos do desenvolvimento local, que são as pessoas de uma comunidade, pois indica a grande dificuldade que se tem pela frente, em se tratando da busca do desenvolvimento da escala humana, isto é, bem-estar e equidade social quanto às oportunidades de acesso aos serviços e bens básicos à sobrevivência.

O desenvolvimento local em Ribas do Rio Pardo se apresenta como uma estratégia possível e factível, tendo em vista a melhoria das condições de vida e o futuro das comunidades que ali vivem. Parece-nos muito oportuna tal iniciativa, não obstante os desafios serem consideráveis e exigirem ampla disposição para enfrentar problemas tão graves quanto complexos. Hoje os problemas são tão facilmente exportáveis quanto as mercadorias e o dinheiro, e os desdobramentos do município podem produzir fortes resistências. Neste sentido, vale mencionar que pessoas, famílias inteiras, circulam cada vez mais articulando as cidades e, quando miseráveis, não são encaradas senão por suas carências, suas angústias e frustrações.

Em Ribas do Rio Pardo, os agentes pastorais combatem o analfabetismo; promovem campanhas de esclarecimento e de ajuda às famílias carentes; lutam pelos direitos dos que se vêem oprimidos; ensinam a viver com mais saúde e auto-estima.

São, todavia, limitados porque são poucos numa luta que deveria ser de todos. Isto não impede que, por exemplo, no que concerne à renda familiar, tentem estimular e apoiar uma produção doméstica como forma de complementar o sustento da família. Promovendo cursos de corte e costura, tricô, crochê e cabeleireiro, com muita dificuldade conseguem algum rendimento extra com as mulheres carvoeiras. Outros cursos sobre alimentação alternativa, ervas medicinais, formação de eletricista, manicure e pedicure, ensinam a como melhor aproveitar o pouco que se tem ou tentam propiciar outras oportunidades de trabalho fora das carvoarias¹⁶. Não ficam, porém,

¹⁶ Em 1997 e 1998, os cursos ministrados em Ribas do Rio Pardo e Água Clara contaram com o apoio financeiro do Fundo de Assistência ao Trabalhador – FAT, do Ministério do Trabalho.

apenas em ensinamentos de cursos, cujos resultados dependem muito mais do mercado de trabalho ou da demanda de serviços.

Desde o mês de dezembro de 1998, a Pastoral do Migrante, com o nosso apoio e efetiva participação, vem realizando mensalmente reuniões regulares com as famílias para tratar de assuntos de particular interesse. O objetivo desses encontros é sobretudo desencadear um processo de conscientização e participação ativa das famílias. Desde o primeiro encontro, que tratou das *causas da migração*, oportunidade em que estiveram presentes cerca de 30 pessoas adultas, as reuniões têm atraído cada vez mais famílias. No último, realizado em 4/4/99, quando falamos sobre o sentido de vizinhança e comunidade, marcaram presença mais de 100 pessoas adultas e cerca de 150 crianças.

Creemos que esta experiência não só pode como deve ser apoiada e incrementada enquanto ação voltada para a necessária e contínua conquista do bem-estar.

5. BIBLIOGRAFIA

DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo : Cortez, 1988, 176 p.

DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. 3. ed. São Paulo : Perspectiva, 1984, 245 p.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995, p. 165-205.

MARTÍN, José Carpio. Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local. In: SOUZA, Maria Adélia A et al (org.). *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo : CEDESP, 1999, p. 169-177.

- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e nova desigualdade*. São Paulo : Paulus, 1997, 141 p.
- MARTINS, Sérgio R. O. *Migração no trecho - trabalho, assistência e degeneração*: estudo da população que passa pelos albergues de Campo Grande-MS. São Paulo : FFLCH-USP, 1995. 193 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, 1995.
- PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luís. *Migrantes amazônicos, Rondônia: a trajetória da ilusão*. São Paulo : Loyola, 1992, 221 p.
- RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 1997. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (Na Internet: www.undp.org.br/rdh7.htm)
- RODRIGUES, Arlete Moisés. *Moradia nas cidades brasileiras*. 3. ed. São Paulo : Contexto, 1990, 72 p.
- ROSSINI, Rosa Ester. A população brasileira: trabalhar e sobreviver. In: *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo : FFLCH-USP, n. 7, p. 101-120, 1994.
- _____. A procissão dos pobres: o peregrinar do cidadão sem cidadania. In: *Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista*. São Paulo : FFLCH-USP, 1988. Tese (Livre-docência) – Universidade de São Paulo, 1988. p. 31-70.
- SANTA ANA, J. de. A razão do sistema: o princípio da exclusão. *Revista tempo e presença*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 268, p. 5-8, mar./abr. 1993.
- SANTOS, Milton. *A pobreza urbana*. São Paulo : Hucitec, 1978, 119 p.
- VAINER, Carlos. B. *Migrações e políticas migratórias: uma proposta para a discussão sobre políticas em migrações internas*. Rio de Janeiro : UFRJ-IPPUR, 1991. 108p. (mimeo.)